

A PLURIATIVIDADE EM UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA - RS

Mario Zasso Marin – URI
marin@uri.com.br

Walquíria Krüger Correa – UFSC
kiriakc@hotmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

O meio rural vem sofrendo mudanças significativas nas últimas décadas. O advento do processo de modernização da agricultura, que se intensificou a partir da década de 1970, afetou o Brasil e o estado do Rio Grande do Sul. Evidentemente, impactos de ordem social, econômica e ambiental não tardaram a acontecer junto às Unidades de Produção (UP). O presente trabalho procura analisar as principais características do modelo de desenvolvimento rural posto em prática no decorrer das últimas décadas enfatizando especialmente as transformações que este processo desencadeou em Unidades de Produção Agrícola Familiar (U.P.A.F). Ligado a isto se analisam as recentes estratégias que muitos agricultores vem desenvolvendo para manter a reprodução social de suas unidades produtivas em especial as atividades pluriativas no meio rural como alternativas de renda para agricultores que já não encontram condições de sobrevivência adotando somente atividades agrícolas em suas unidades de produção. Por fim aborda-se, ainda que de forma bastante incipiente, mais descritiva, os agricultores pluriativos na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana¹. A realização de tais discussões basearam-se em revisão de literatura e entrevistas feitas junto ao poder público municipal dos municípios que integram a Quarta Colônia de Imigração Italiana – RS.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL A PARTIR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

2.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O processo de modernização da agricultura brasileira inclui-se na dinâmica mundial de expansão do capitalismo. Assim, para Aguiar (1986, p 69) no curso da segunda metade da década de 1960 o Estado sofreu uma organização fundamental. A mudança na forma de organização do Estado (emergência do modelo autoritário de dominação política – regime militar), permitiu a articulação ampliada dos grupos sociais dominantes com a burguesia internacional, e a exclusão das massas

¹ A Quarta Colônia de Imigração Italiana, chamada de Silveira Martins, foi fundada em 1878, por decreto imperial. Desmembrou-se em 1886 ficando sob controle de três municípios: Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. Muitos trabalhos acadêmicos (Santin, 1987 e Saquet, 2003) mencionam como sendo este o fato que provocou a estagnação econômica da região, isto é, dificultando a autonomia dos núcleos (hoje municípios) de trilharem seus próprios caminhos. Atualmente considera-se os seguintes municípios que, historicamente, fazem parte da Quarta Colônia Italiana no RS: Silveira Martins, Ivorá, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e Nova Palma.

populares do jogo político. Deste modo o Brasil foi alvo da expansão das transnacionais. A partir desta época o Brasil e demais países do Sul vão ser alvo para o capital internacional. O esgotamento das reservas de mão de obra na Europa vai ser a alavanca para a expansão industrial transnacional, que se aproveitou da força de trabalho abundante e barata nos países pobres.

Com o regime autoritário o Brasil insere-se à economia mundial e à Divisão Internacional do Trabalho em bases monopolistas. Ao término da Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalista experimentou uma notável expansão através das transnacionais. O deslocamento do capital (isto é, das relações de produção capitalistas) significou a internacionalização das condições de produção e a tendência à homogeneização das técnicas produtivas. Esse fenômeno se estendeu a outros setores produtivos, como é o caso da chamada agricultura moderna nos países do Sul (AGUIAR 1986, p 69).

Há, portanto, uma transferência internacional do progresso técnico das economias do Norte para as economias do Sul. Neste caso, a tendência de acumulação é uma característica do sistema capitalista. A melhor tecnologia disponível é aquela que proporciona uma elevação da produtividade social do trabalho. Em relação a isso se observa que não há compra de tecnologia por parte dos países do Sul, mas transferência internacional de tecnologia, ou seja, “aluga-se” ou transfere-se a capacidade de uso de tecnologia (AGUIAR, 1986, p. 69).

O Estado nesse processo, em todos os países do Sul, constitui o foro que privilegia e organiza um modo particular de desenvolvimento capitalista. Portanto, nota-se que a política de modernização da agricultura é um dos traços desse processo: “o sentido e o ritmo da intervenção do Estado brasileiro, portanto, foram fortemente condicionados pela necessidade de favorecer a emergência de melhores condições para a reprodução ampliada do capital internacionalizado” (AGUIAR, 1986. p. 70).

Ainda na década de 50, especialmente em seus primeiros anos, começou-se a postular que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico. À agricultura caberia os papéis de “financiar” o esforço de substituição de importações, através do desenvolvimento do setor secundário (fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários); produzir matérias-primas para a indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do país. Para isso, teve início o processo de modernização da base técnica da produção agrícola brasileira. A partir de meados da década de 1960, vários países do terceiro mundo engajaram-se na chamada “Revolução Verde”, fundada em princípios de aumento da produtividade, criando uma idéia de “pacote tecnológico” caracterizado pela aplicação de capitais, insumos químicos, sementes geneticamente melhoradas, máquinas e equipamentos. Na verdade, ocorreu um aumento acentuado da subordinação da agricultura perante a indústria e uma dependência tecnológica diante dos países desenvolvidos (SILVA, 1999).

Gonçalves Neto (1997, p. 53), coloca que no início dos anos de 1960 discutia-se intensamente os rumos da economia brasileira. Enfatizava-se a continuidade do processo de industrialização, em razão do esgotamento do modelo de substituição de importações.

De forma simplificada, encontram-se de um lado os setores politicamente a esquerda, propondo alterações profundas na estrutura agrária, engajados no receituário reformista, ligado à corrente nacionalista de desenvolvimento autônomo. E, de outro, os setores mais conservadores, ligados à proposta de desenvolvimento associado ao capital externo, que propõe a

modernização do setor e a ampliação das relações de comércio internacional. A política voltada para o setor rural dos governos do período autoritário será voltada para uma modernização conservadora, sem alteração da estrutura fundiária e privilegiando o setor que produz para o mercado externo.

Nessa perspectiva admite-se o problema de priorizar a produção agroexportadora em detrimento a produção doméstica. Em toda a década de 1970 não se encontram propostas alternativas, como reforma agrária, maior apoio a posseiros e a agricultores familiares. “Nenhum país pode ficar dependente do exterior numa área tão sensível como a produção de alimentos.” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 89).

A agricultura passou por um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs). A montante do processo produtivo instalaram-se as indústrias de produção de máquinas, equipamentos, sementes geneticamente modificadas e insumos para a agricultura e a jusante do processo produtivo as empresas beneficiadoras, estando o agricultor no meio deste processo. A base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. (MARTINE, 1990). Foi a partir desta época que a chamada fase "colonial" de produção agrícola transformou-se, porque modificou-se a estrutura local-regional na qual se ordenava a vida produtiva dos agricultores.

Para Bernardo Sorj (apud GONÇALVES NETO, 1997, p. 108), a partir de meados da década de 1960, com a constituição do complexo agroindustrial, ocorre uma redefinição das relações entre agricultura e indústria. A agricultura passa a se situar sobretudo como produtora de matérias-primas para a indústria e como consumidora de produtos industriais.

Para a efetivação da modernização da agricultura o Estado torna-se, pois, o agente incentivador da produção e da produtividade, já que com suas políticas promove a modernização da agricultura, incrementando, conseqüentemente a produção industrial do setor de insumos e de transformação de produtos agrícolas, encaminhando a acumulação, preponderantemente, para o pólo industrial. Neste caso o crédito rural (consolidado em 1965 através do Sistema Nacional de Crédito Rural) representou a transferência por parte do Estado de uma parcela da riqueza social depositada em suas mãos, promovendo a acumulação de capital no campo.

O período, 1965-1980, caracterizou-se na idade de ouro de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial/urbana e com o setor externo, com forte mediação financeira do setor público.

Em meados da década de 80, o crédito rural foi reduzido em mais de 50%, concentrando-se mais ainda aos grupos modernos. Nesta época, a reprodução da base técnica e a incorporação de inovações tecnológicas deixam de depender somente de subsídios estatais e passam a ser assegurados pelos padrões tecnológicos impostos pelas agroindústrias e pela concorrência entre as indústrias produtoras de insumos e máquinas agrícolas (MARTINE, 1990).

A modernização da agricultura brasileira também é parcial, no sentido de que não atinge todas as fases dos ciclos produtivos dos principais produtos agrícolas, como é o caso da impossibilidade de

colheita mecanizada do fumo ou do feijão culturas exploradas por produtores tipicamente familiares (SILVA, 1999). A essas culturas foram incorporados os insumos químicos (defensivos agrícolas e fertilizantes) considerando-se que em muitos casos as condições físicas das unidades de produção (relevo declivoso) e a carência financeira impedem a utilização de máquinas e equipamentos de tração mecânica.

Os pacotes tecnológicos (máquinas, equipamentos e insumos) da modernização da agricultura, foram aplicados de forma homogênea em todo o Brasil, não respeitando as características ecológicas e culturais particulares de cada porção do território nacional.

Assim, com o conhecimento produzido em laboratório de grandes empresas em associação cada vez mais estreita com o Estado e, deste modo, passível de apropriação privada, a propriedade intelectual individual (patentes) se coloca em confronto direto com o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico das tradições camponesas [...]. (PORTO GONÇALVES, 2003, p. 3).

Além disso, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (apud PORTO GONÇALVES, 2004, p. 9) entre 1950 e 2000, a produção de grãos em todo o mundo aumentou 2,9 vezes, de 631 para 1.835 milhões de toneladas. No mesmo período, entretanto, o consumo de fertilizantes aumentou de 10,1 vezes, passando de 14 milhões de toneladas, em 1950, para 141 milhões de toneladas em 2000.

Contudo, é difícil imaginar que a modernização da agropecuária brasileira, que tanto dependeu do Estado para seus passos iniciais, possa continuar sem seu apoio. Ainda que se alegue que grande parte das novas tecnologias de produto e de origem privada – como no caso de inovações decorrentes nas novas biotecnologias e da microeletrônica -, a base para a sua adaptação/adoção em nosso país tem que ser criada pelo Estado. Neste caso é importante assinalar que a “modernização conservadora tradicional” praticamente atingira seu limite. A ação do Estado permitiu consolidar as ligações do mundo rural e agrário com o “resto da economia”, impulsionando as agroindústrias de um lado e as indústrias de insumos de outro. As exigências do novo padrão são outras. Entre elas, merece destaque a necessidade de criar a infraestrutura adequada à nova base técnica em que esse novo padrão se assenta (telecomunicações, transportes, portos, etc.). No caso do Brasil, essa exigência passa obrigatoriamente pela recuperação da capacidade de financiamento do Estado. (SILVA, 1998, p. 145).

Assim, sob uma perspectiva histórica, os anos 80 teriam sido um período crítico da transição do padrão modernizante e conservador pretérito para um novo padrão, provavelmente liberalista, mas também conservador dos anos 90.

A transição do padrão da ‘modernização conservadora’ ao regime de liberalização comercial dos anos 90 é medida por todo um período de desmontagem do aparato de intervenções no setor rural, montado desde 1930 e fortemente reciclado no período militar. (DELGADO, 2001, p. 166).

Agora a prioridade está posta no setor externo, mas de maneira muito distinta do que fora a inserção externa numa economia relativamente protegida. No caso do Brasil, mudanças em tal perspectiva

foram efetivamente promovidas após a década de 1990. Manifestaram-se primeiro pelo desengajamento dos Estados de numerosas funções de apoio à produção (regulação de preços, subsídios, créditos e extensão) e por um amplo movimento de privatizações, inclusive a de serviços públicos (neoliberalismo). (SABOURIN, 2002, p. 197).

Desta forma, influências globais de transformação de um modo de produção fordista para um modelo que prioriza a diversificação (pós-fordista); a ausência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar; a partilha por heranças; as dificuldades de comercialização e os baixos preços agrícolas e; as políticas de modernização da agricultura adotadas pelo Estado, nas quais o segmento de agricultores familiares não foi privilegiado promoveram a expansão de estratégias de reprodução familiar. Abordar-se-á a seguir, as implicações da modernização da agricultura para a agricultura familiar e as estratégias de reprodução familiar que estão presentes no espaço rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana - RS.

2.2 REFLEXOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Cabe destacar inicialmente alguns aspectos do que se convencionou chamar de agricultor familiar. Lamarche (1998, p. 233) enfatiza que: “um produtor agrícola familiar é aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, isto é, numa unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão estreitamente ligados a família.” Para Montoya e Guilhoto (1999, p. 178), destacam que em geral, o produtor que administra individualmente, uma área reduzida de terra (própria ou de outros) e que nela emprega predominantemente mão de obra familiar, cuja produção está parcial ou totalmente orientada para o mercado, é denominado como agricultor familiar. De modo geral ambos consideram como agricultura familiar a associação entre familiar, propriedade e trabalho.

Ao se estabelecer relações entre o processo de modernização da agricultura e a produção familiar é necessário salientar que durante a fase de implantação e consolidação dos pacotes tecnológicos da revolução verde, a partir da década de 70 até início da de 80, o setor familiar descapitalizado foi descartado pelas políticas públicas.

Ianni (1994), faz referências às conseqüências da modernização da agricultura à agricultura familiar. Para o autor, aos poucos a sociedade agrária perde sua importância quantitativa e qualitativamente na fábrica da sociedade, no jogo das forças sociais, na trama do poder nacional e na formação das estruturas mundiais de poder. O mundo agrário decresce de importância, na organização e dinâmica das sociedades nacionais e da sociedade global, ou simplesmente deixa de existir. Ainda que subsistam e se criem as mais diversas modalidades de organização do trabalho e produção, muito do que se faz no mundo agrário está formal ou realmente subjugado pelo grande capital, flutuando pelo mundo afora. O autor conclui que, mesmo atrelada ao mecanismo do grande capital e controlada pelas exigências da grande produção, e mesmo perdendo sua importância frente a outros ramos da economia, a agricultura familiar de pequeno porte se mantém nos mais diversos países e continentes, assim como nas mais diferentes atividades agrícolas.

Chayanov, já em sua época destacava as mudanças, lentas e graduais, na agricultura familiar e percebeu as transformações que ocorriam no meio agrário, “a unidade de produção é familiar, porém a família atualmente é diferente daquela estrutura que a caracterizava tradicionalmente.” (apud WANDERLEY, 1999, p. 45). As transformações tecnológicas ou as mudanças de comportamento na sociedade afetaram a composição interna da família, “não só as famílias são atualmente mais reduzidas, como é menor a necessidade de envolver todos os seus membros no processo de trabalho do estabelecimento familiar”. O avanço das mudanças técnicas introduzidas no processo de produção provocou, principalmente em países avançados, a multiplicação de estabelecimentos, em que a produção necessita da força de trabalho de apenas um indivíduo da família, contribuindo com a liberação da mão-de-obra dos estabelecimentos agrícolas. A tecnologia moderna introduzida potencializou a força produtiva do trabalho familiar, reduzindo o esforço físico (penosidade) requerido em seu exercício. Tais impactos, na agricultura familiar dos países desenvolvidos, também podem ser observados no Brasil, especialmente na agricultura do centro-sul.

As transformações na agricultura brasileira ocorreram de forma diferenciada, de acordo a região, o tipo de produtor e o tipo de produto. O ritmo de incorporação do novo padrão tecnológico foi rápido nas regiões mais desenvolvidas (centro-sul principalmente), nas unidades de produção empresariais e em certos produtos. Para os agricultores familiares, o novo padrão tecnológico não pode ser totalmente absorvido, principalmente àqueles mecanismos da modernização que necessitam de uma escala mínima de produção que compense a sua utilização, como por exemplo a mecanização. Na cultura da soja, em que se exige intensa mecanização, limitou-se em muito a participação do segmento familiar como produtor. Em outros casos, em cultivos que se tem como centro as inovações biológicas e químicas (fertilizantes e defensivos) e não dependem de uma escala mínima de produção para que uma certa tecnologia seja utilizada, já que na maioria dos casos o agricultor não possui condições (financeiras ou ambientais) para utilizá-las, cresceu a participação do agricultor familiar, sendo especiais o cultivo do fumo e do feijão.

As transformações na agricultura são parte de um processo capitalista de desenvolvimento e que se exprime de forma contraditória: de um lado gera aumento da produção e da produtividade, de outro provoca resultados perversos como êxodo rural, degradação de recursos naturais, longas jornadas de trabalho e concentração da propriedade e da renda, etc (SILVA, 1999, p. 134). Neste caso, grande parte dos afetados por tal processo foram os agricultores familiares.

Acredita-se ainda, que as características da modernização da agricultura e as políticas a ela associada, como as de crédito rural e fundiário, são em grande parte responsáveis pelas desigualdades na distribuição da renda ao setor agropecuário, isso porque houve privilégios a agricultura empresarial (SILVA, 1999, p. 129).

Considerando-se a tendência à concentração dos mercados a jusante no Brasil (agroindústrias beneficiadoras), os agricultores familiares, de uma ou de outra forma se inserem estrategicamente nas cadeias agroindustriais. O caso é interessante e característico em qualquer segmento controlado por agroindústrias no Brasil (leite, frangos, suínos ou fumo). Neste caso, a firma compradora, através de contratos, impõe não apenas o preço e as condições de pagamento, mas estabelece cláusulas determinando a própria maneira de produzir nas unidades de produção (SILVA, 1999).

Portanto, nota-se claramente que nem todos os agricultores se beneficiaram da revolução verde. Para se manter nesse padrão produtivo e ganhar terreno é necessário que os agricultores disponham de certas vantagens competitivas complementarias. Este é o caso dos latifundiários agroexportadores bem equipados. Nessas condições, os preços internacionais dos produtos agrícolas só resultam vantajosos para uma minoria de agricultores que podem, deste modo, continuar investindo, avançando e ganhando porções do mercado; são insuficientes e desfavoráveis para a maioria dos agricultores; insuficientes em geral para que possam investir e progredir; insuficientes para que possam viver dignamente de seu trabalho, renovar seus meios de produção e conservar suas porções de terra e insuficientes para os menos equipados, menos dimensionada e pior situada dos agricultores (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 15).

Neste caso, a agricultura não está proporcionando renda suficiente, especialmente aos agricultores familiares, a fim de que tenham uma boa qualidade de vida no espaço rural. Estrategicamente a diversificação de atividades, tendo por base a pluriatividade vem contribuindo como alternativa de renda para as famílias rurais. Para Mattei (1998, p. 06), a pluriatividade está avançando em função de duas razões básicas: a renda obtida exclusivamente das atividades agrícolas não é mais suficiente e já não há mais trabalho para todas as pessoas nas unidades de produção.

2.3 ATIVIDADES PLURIATIVAS E AGRICULTURA FAMILIAR

A pluriatividade está ligada à resistência de uma expressiva parcela de agricultores ao modelo único de agricultor modernizado. As atividades agropecuárias não estão permitindo a reprodução social a um amplo número de agricultores.

Segundo Tedesco (1999), a dificuldade de sobrevivência do agricultor familiar somente com a produção agrícola, aliada ao processo de subordinação, cada vez maior, do agro ao industrial e financeiro e pela expansão da infra-estrutura urbana para o meio rural, tendem a forçar os trabalhadores do campo cada vez mais à pluriatividade. Para STANEK (1998), a pluriatividade tende a contribuir para o bloqueio ou a resistência ao êxodo rural.

A pluriatividade no Rio Grande do Sul tem a possibilidade de se ampliar em função de certas características, tais como a menor concentração fundiária, grande quantidade de pequenas e médias propriedades, fragmentação da terra por heranças (libera mão-de-obra para outros setores da economia) e avanço da urbanização e de atividades como o turismo (TEDESCO, 1999).

A descentralização econômica, com plantas industriais e centros comerciais se instalando em certos espaços rurais e a redução da distância física e social pelas crescentes facilidades de acesso da população rural – tanto aos bens e serviços modernos, produzidos nos centros urbanos, como a níveis de renda mais próximos aos dos habitantes das cidades – e da tendência a uniformização dos modos de vida permitem a existência de uma diversidade no perfil social dos espaços rurais, nos quais convivem categorias sociais distintas (WALDERLEY, 2000).

De modo geral, a pluriatividade é um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente,

optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, produtiva, com a agricultura e ao modo de vida específico do espaço rural.

Para Marden (1995 apud SCHNEIDER, 2003, p. 88), em razão do recuo do padrão fordista de produção (também chamado de “pós-productivismo”) na agricultura, revitalizam-se formas de produção e reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluriatividade a expressão mais eloqüente desse redimensionamento. Assim, o espaço rural, que durante o fordismo se limitava a cumprir suas funções produtivas agrícolas, vai ganhando novas atribuições e aparece como ambiente onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas.

Entre as novas funções do espaço rural, destacam-se o consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, história, arquitetura, folclore, gastronomia, por exemplo) e turismo e lazer (ecoturismo, atividades ligadas a preservação ambiental, etc), demonstrando que na fase pós-fordista o espaço rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e ao uso da terra para cultivos de produtos alimentares e matérias-primas.

Fuller (1990 apud SCHNEIDER, 2003) a pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseadas em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro quanto fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferência).

Na discussão geral dos autores percebe-se que o espaço rural hoje não se resume a atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, tais atividades não estão conduzindo a plena reprodução familiar. Está sendo necessário, neste caso, a diversificação de atividades, multiplicando-se estratégias produtivas, ligadas a serviços, comércio, residência, lazer e turismo em espaço rural.

3 RESULTADOS PRELIMINARES

A área de estudo, encontra-se situada na porção central do Estado do Rio Grande do Sul.

As características de relevo e hidrografia permitem que seja cultivado, entre outras culturas, arroz, soja, milho, feijão e pecuária de corte e leiteira (importante alternativa de renda). O emprego de tecnologias varia, basicamente, de acordo com a atividade e com o relevo que influencia muito na utilização de tecnologias mecânicas. De modo geral, o cultivo da soja, do arroz e a produção leiteira são tecnificadas e desenvolvidas em áreas planas ou suavemente onduladas, porém, o mesmo não acontece com os cultivos de fumo e feijão, que incorporaram insumos químicos para a produção e são cultivadas em áreas declivosas. O cultivo de milho é tecnificado nas porções mais planas da região, contudo pouco mecanizado nas áreas mais declivosas.

Em toda a Quarta Colônia, especialmente após a década de 90, vem se multiplicando estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Duas dinâmicas no espaço rural brasileiro, conduzindo para a constituição de significativas mudanças no espaço rural, são percebidas na Quarta Colônia: de um lado, a ocupação do espaço por outras atividades econômicas não-agrícolas associadas a revalorização do mundo rural como espaço de lazer ou de residência; de outro a valorização do campo como “lugar de trabalho e de vida” através do reconhecimento da agricultura familiar como ator social do processo de desenvolvimento econômico, especialmente pela implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Desta forma, influências globais de transformação de um modo de produção fordista para um modelo que prioriza a diversificação (pós-fordista); a ausência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar; a partilha por heranças; as dificuldades de comercialização e os baixos preços agrícolas e; as políticas de modernização da agricultura adotadas pelo Estado, nas quais o segmento de agricultores familiares não foi privilegiado promoveram o exercício de atividades pluriativas. Tais atividades aparecem como alternativa de reprodução familiar, permitindo a preservação do patrimônio familiar e a manutenção da atividade agrícola.

No início da década de 90, percebeu-se que a produção agropecuária não estava satisfazendo as necessidades do agricultor. Pensou-se naquele momento em incentivar e organizar a produção agroindustrial familiar. Deste modo criou-se o projeto “turismo: porta de entrada da Quarta Colônia”. Partiu-se para a organização de produtores para a comercialização de produtos coloniais (vinho, salame, queijo, biscoitos, pães, geléias, cachaça, frutas, etc.) e a criação de roteiros turísticos de caráter religioso (observação de capitéis, igrejas, via sacra ao ar livre), ecológico e rural. Os produtos beneficiados pelos agricultores são comercializados na própria unidade de produção em grande parte próximas as rodovias que dão acesso ao município de Santa Maria-RS.

A criação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia² -CONDESUS em 1994 envolvendo 9 municípios (Silveira Martins, Ivorá, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e Nova Palma, Agudo, Pinhal Grande e Restinga Seca), procurou colaborar na organização dos agricultores na busca de estratégias de sustentação e reprodução das unidades produtivas.

Constata-se portanto que a nível regional está se pensando formas alternativas de geração de emprego e renda no meio rural. A expansão da pluriatividade na Quarta Colônia tem várias explicações. Inicialmente destaca-se que as mudanças tecnológicas reduziram a necessidade de envolvimento de todos os membros da família no processo de trabalho da unidade de produção, isto contribui na liberação da mão de obra da unidade produtiva; a renda obtida exclusivamente das atividades agrícolas não é mais suficiente; o intercâmbio com o espaço urbano pelas vias de transportes e comunicações facilitou as relações entre ambos. Ligado a isto, tem-se expandido atividades que conduzem a reforçar a renda familiar, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

² Além dos municípios que historicamente fazem parte da Quarta Colônia de Imigração Italiana - RS incorporaram-se ao logo dos tempos demais município limítrofes a tal área: Pinhal Grande, Agudo e Restinga Seca.

Todos os municípios que fazem parte da ex-Quarta Colônia tem na atividade agropecuária a principal sustentação socioeconômica. Contudo, o que vem se observando é que tais atividades ainda não conseguiram promover qualidade de vida a muitos agricultores. Em meio a uma região que predominam terrenos acidentados constata-se que os mecanismos da modernização da agricultura ficaram restritos a uma minoria de unidades produtivas.

Ainda é muito cedo para afirmar algo, mas tudo indica que a região vem encontrando no turismo, especialmente na agroindústria caseira (agroturismo), um elemento a mais para agregar valor a produção. Por muito tempo os município da Quarta Colônia agiram de forma isolada. Unir forças para discutir problemas comuns, a fim de se encontrar soluções adaptadas a cada realidade talvez seja a necessidade mais urgente para a região.

Com esta pequena discussão procurou-se colocar que as experiências de um rural que se transforma para se manter no sistema capitalista são fruto da organização, resistência e estratégias de agricultores que procuram manter-se em seu meio mesmo que as adversidades ainda sejam demasiadamente grandes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo, Polis; (Brasília) CNPq, 1986.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In: *Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo, Brasil*. 2003.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. A questão agrária brasileira: vinte anos de debate (1960-1980). In: *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

IANNI, Octávio. Agricultura e mundialização. In: *Cadernos de sociologia: A pesquisa social na agricultura do sul do Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, outubro de 1994.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). trad. Frédéric Bazin. *A Agricultura Familiar: comparação internacional*, v.2, Campinas, São Paulo: editora da UNICAMP, 1998.

MARTINE, George. *Fases e faces da Modernização Agrícola Brasileira*. Planejamento e políticas públicas, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v. I, n. I jun. 1990.

MATTEI, Lauro. *A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense*. Centro de estudos e promoção da agricultura familiar de grupo – CEPAGRO, ano II, nº 4, 1998.

MONTOYA, Marco Antônio e GUILHOTO, Joaquim José Martins. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: editora da UPF, 1999.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2002.

SAQUET, Marcos, Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: EST edições, 2003.

SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1987.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

_____. *Tecnologia & agricultura familiar*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 1999.

STANEK, Oleg. As estratégias familiares. In: *Agricultura Familiar: comparação internacional*. Campinas, v. 2, editora da UNICAMP, 1998.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: editora da UPF, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 15, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.